

**O partido triádico enquanto indutor da colonização religiosa: análise espacial e de festejos tradicionais em Marechal Deodoro -Alagoas**

Josemary Omena Passos Ferrare \*T

**Resumo:**

Configurar espacialidades para disciplinar comportamentos constituiu-se estratégia do Projeto Colonizador Português para a ocupação do litoral brasileiro movido, dentre outras condicionantes político-econômicas, pelo empenho de difundir a FÉ Cristã, o que lhe fez condicionar a disposição do edifício – igreja / largos / enfileirados bilateral de casas como um “partido triádico”, propiciador da assimilação da doutrina a partir da prevalência cênica das igrejas e disposição favorável para a realização de procissões ditadas pela conjunção Estado – Igreja, tanto para os aldeamentos missionários como para os núcleos que se urbanizavam. Sob uma análise de tal ascendência da religião dos colonizadores enfoca-se a ex-Alagoas do Sul da Capitania de Pernambuco (atual Marechal Deodoro) para discorrer sobre o quanto a sua forma urbana e a permanência da ritualística de festas religiosas e folguedos tradicionais evidenciam a tônica Contrareformista que impingiu à sociedade em formação, ao longo dos séculos XVII - XIX, não apenas o mesmo calendário litúrgico, mas também, o modelar de parâmetros espaciais que lhe impulsionariam o ideário de convencer consciências e nivelar comportamentos para engajar as três etnias coexistentes: índios, brancos (colonos) e negros, nesta empresa do COLONIZAR.

**PALAVRAS-CHAVES:** Colonização – “partido triádico” – análise espacial

**Abstract:**

Configuring spatiality to discipline behaviors constituted strategy of the Portuguese Settler Project for the occupation of the Brazilian coast moved, among other political-economical conditionings, by the strive to diffuse the Christian FAITH, what made it condition the disposition of the building - church / wide / bilateral aligned houses as one "triadic party ", provider of the assimilation of the doctrine starting from the scenic prevalence of the churches and favorable disposition for the accomplishment of processions dictated by the conjunction State - Church, as to the missionary envillagement as for the nuclei that were urbanized. Under an analysis of such origin of the settlers' religion, it is focused the ex-Alagoas do sul (South Alagoas) of the Pernambuco Captaincy (current Marechal Deodoro) to discourse on the amount of its urban form and the permanence of the ritualistic of religious parties and traditional rests (*folguedos*) evidence the Counter-reformist tonic that impinged to the society in formation, along the centuries XVII - XIX, not just the same liturgical calendar, but also the model of space parameters that would impel them the idea of convincing consciences and to level behaviors to engage the three coexistent races: Indians, whites (settlers) and blacks, in this company of the COLONIZING.

**KEY WORDS:** Colonization – “triadic party” – space analysis

**Partilhando em terras o propósito de povoar e difundir a Fé Cristã**

A opção da Coroa portuguesa de ocupar a costa brasileira vinculada à manutenção de rotas para as Índias e ao empenho de expulsar os invasores franceses, requereu o seu povoamento. Ciente contudo, do custo que redundaria tal recurso estratégico, a Coroa investiu

em campanha propagandística, consubstanciada pelo recurso da gratuidade de Dadas de Terras em Sesmaria para atrair povoadores.

Iniciando a implementação do regime de Capitánias Hereditárias D. João III concedeu a Duarte Coelho farta extensão de terras delimitadas para ser a Capitania de Pernambuco, cujos domínio e atribuições de administração lhes foi repassados através de um instrumental legitimador de direitos, (a Carta de Doação e o Foral) os quais de *per si*, também repassariam o ‘cerne’ ideológico da religião católica como meio para arraigar-se àquele solo e, amoldar àquela sociedade em processo de formação.

Continham estes dois documentos determinações para otimizar a exploração comercial das reservas naturais do ‘pau-brasil’ e direcionavam a organização espacial a ser gerida pela Igreja, consoante com o acordo com a Ordem de Cristo sobre os dízimos das terras no Brasil, constantes na Bula de Júlio II editada em Roma - 1506. O correto cumprimento das determinações do Foral que conferia poder para o Capitão “dar e repartir terras em sesmarias” foi determinante, tanto para o aumento sistemático do povoar, como também para **irradiar o ensinamento da Fé Cristã**.

Sob esta articulação se processou todo o processo de partilha de terras em sesmaria, não de modo uniforme em toda a grande extensão desta Capitania, pois alguns pontos requereram vários embates contra os autóctones indígenas. Contudo, gradativamente, os assentamentos populacionais foram ocorrendo mediante o plantio da terra fertilizada pelos vários cursos de água e, pelo “plantio da fé” edificada em espaços de veneração cristã.

A distribuição de terras na Capitania administrada por Duarte Coelho obedecendo à ordem de ser doadas aos cristãos avançou além dos arredores de Olinda dirigindo-se para a parte meridional, como opção de defesa ao extremo sul, assediado por exploradores franceses, e, para ativação de um ciclo de agricultura rentável da cana-de-açúcar, que suplantasse o extrativismo do pau-brasil. Em paralelo deflagrou-se uma frente missionária conduzida por frades franciscanos vindos do extremo norte ao eixo do Rio Uma, e região inferior, até atingir o extremo meridional da Capitania de Pernambuco, (atual estado de Alagoas), fixando-se em 3 pólos: Porto de Pedras (1596), Alagoas do Sul (1635), Penedo (1659) e, posteriormente Santo Amaro, (1699), em limites da Alagoas do Sul.

O mapeamento esboçado por frei Venâncio Willeke pontua o eixo seguido por esta

frente missionária franciscana processada sob a forma de visitação catequética que primava pela construção de aldeamentos fixos e até construção de conventos.

FIGURA – Missões Franciscanas AL



Fonte: QUEIROZ, 1996, p.61. In: FERRARE, 2006

Disseminado o ideário catequético, conjugado do domínio político – religioso diluído nos ensinamentos de conduta moral e veneração religiosa seguiram os frades neste litoral abrindo frentes de assentamentos exploratórios para urbanizações ulteriores.

Pode-se, mesmo, afirmar que do incremento desta visão da Coroa perpassada pela opção administrativa Duarte de “fazer engenhos d’assucar” sem negligenciar o compromisso da difusão da fé pelo doutrinamento, veio a expandir-se Madalena do Sumaúma. Deve-se atentar para o perfil urbanizador exercido pela propagação da Fé processada nas capelas destes engenhos assistidos por curas visitantes, e nas capelas/igrejas organizadas a partir das cessões para Patrimônio Religioso feitas por alguns dos donos de terras, que vieram a ser aglutinadoras de seus pólos iniciais de sedimentação urbana, tal como comprova referências documentais e a configuração urbana atual.

“Em meados do século passado, ou mesmo antes, os possuidores das terras de Taperaguá entre o riacho Cabreira e a ponte do Vilão no Subauma, terras que iam até a lagoa Niquim entre Alagoas e São Miguel, fizeram delas patrimônio do Senhor do Bonfim, patrimônio que posteriormente foi limitado por escritura de 30 de abril de 1755”. (FONSECA, 1895).

[...] Aos sete dias do mês de Agosto de 1656, nesta villa de Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul, em casa da Câmara [...] apareceu presente o Alcayde-Mór Gabriel Soares, e dice em presença de mim[...] meia legua de terras elle, Alcayde-Mór, confirmava, e de novo fazia nova a doação d’ella para esta Villa e seu termo; com obrigação que os foros das ditas terras se tirassem sempre para a Confraria de N. S. da Conceição. (ESPÍNDOLA, 1871.)

FIGURA – MAPA OCUPAÇÃO 2



Fonte: ALAGOAS, 2005

Sem dúvida, a ascendência religiosa no processo de ocupação / configuração urbana da ex - Madalena do Sumaúma definiu-se desde a formalização do primeiro núcleo de ocupação – Taperaguá e rebateu-se na ocupação do platô elevado que acomodou a segunda instalação, a preliminarmente chamada “Povoação do Sul” ou “Vila de Nossa Senhora da Conceição”.<sup>1</sup>

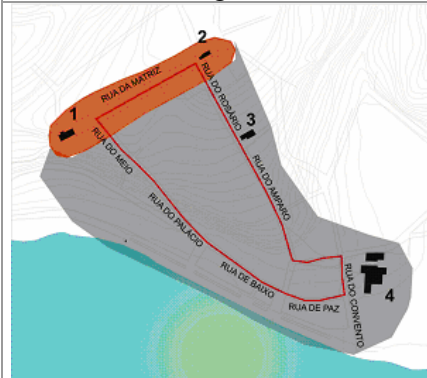
Este recurso de doação de glebas para os chamados Patrimônios Religiosos cumpriria o papel de “Pólem Fundiário” com ascendência catequética, revelando-se fundamental para o cumprimento do duplo propósito colonizador português ao prover a “[...] ‘liberação’ de determinada gleba, não tão grande, mas expressiva, gleba que serviria para o sustento de um santo, de uma capela a ele dedicada e, [...] para o assentamento de muitas outras casas e atividades mundanas”. ( MARX, 1991).

Esta aglutinação em torno do culto à N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> da Conceição polarizou a ocupação da topografia mais elevada, e definiu o eixo expansor para o sentido do ancoradouro na Lagoa seguido pelas Confrarias e Ordens Religiosas para a edificação das Igrejas de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Rosário, N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Amparo, Ordem Terceira de S. Francisco, Igreja de S<sup>ta</sup> M<sup>a</sup> Madalena, Convento Franciscano, dispostas de modo a formar uma espécie de um “Polígono Sacro”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Designações que constam nos relatórios feitos pelos holandeses quando da Invasão (1633). Depois chamou-se Vila Sta. Ma. Madalena da Alagoa do Sul; depois Alagoas do Sul e Cidade Marechal Deodoro ( 1939) em homenagem ao Proclamador da República, filho da terra.

<sup>2</sup> Denominação sugerida por FERRARE, 2002

FIGURA – Polígono Sacro



1. Igreja Matriz N<sup>a</sup> Sra da Conceição
2. Igreja de N. Sra do Amparo
3. Igrejas da Ordem Franciscana e respectivo Convento

Nomes das ruas

- Rua da Matriz
- Rua do Rosário e Amparo
- Rua do Convento
- Rua da Paz
- Rua de Baixo
- Ruas do Palácio e do Meio

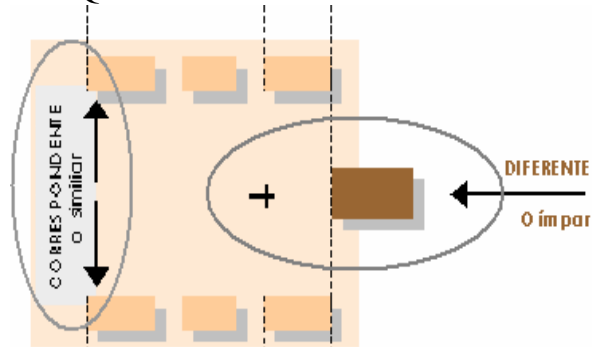
Fonte: FERRARE, 2006. p. 257

Apenas excetuando-se a implantação da igreja de N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> do Amparo, todas as demais igrejas inseridas neste ‘polígono sacro’ são fronteiras à largos que eram determinantes para processar festas litúrgicas, sobretudo as procissões e garantiam a primazia dada ao ícone por excelência da religião católica – **a igreja**, colocada como ponto ímpar diante da configuração adotada para os largos, delimitados na atual cidade Marechal Deodoro assumindo a conformação de um “partido triádico”.<sup>3</sup>

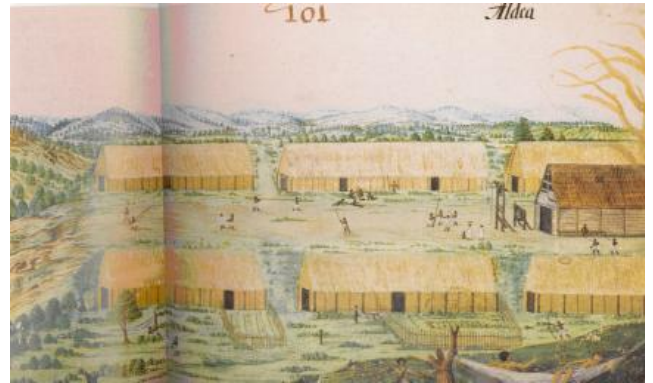
Segundo argumenta Ferrare, a configuração espacial deste “partido triádico”, respaldada pelas Constituições Primeiras da Bahia, decorreu de uma espécie de fusão da imagética resultantes da conceptualidade dos Aldeamentos Missionários (testada pelos padres catequistas) e dos Santuários de Planície (tipologia usual em Portugal para devoção de romarias), dos quais se extraiu a disposição simétrica das casas comunais destinadas aos índios aldeados e das casas para os romeiros lusitanos, e, conseqüentemente, a relação de ruptura que ambas mantinham com o único ponto focal direcionador da percepção ocular dos usuários - **o edifício - igreja**.

<sup>3</sup> O “**partido triádico**” nominado por FERRARE, 2006, refere-se à tripla conjugação dos enfileirados de casas que ladeiam o Edifício – Igreja e o espaço livre à frente das mesmas ( adros ou Largos).

### Espacialização dos Aldeamentos CROQUI Aldeamento



FERRARE, 2006. p. 134



Fonte: Brasil nas Vésperas do Mundo Moderno. C. N.C.D. P.. 2000, p.156-157. In: FERRARE, 2006

### Figuras – Aldeamento em PE



Fonte: Atlas Histórico Escolar, FAE/MEC. 1997. In: FERRARE, 2006

### Santuário em Cabo Espinhel



Fonte: www.monumentos.pt. In: FERRARE, 2006

Para além da captação da visualidade das igrejas favorecidas pela conformação do “partido triádico” a espacialidade da sua área *non edificandi* era propícia à realização de festas litúrgicas. Levando em conta que o intento de “Cristianizar” nativos e colonos substancializava o Projeto Colonizador Português resulta claro o empenho da Coroa em usar **agentes e métodos evangelizadores** como vetores da função salvacionista da Empresa do Descobrimento, que lançou mão da espacialidade urbanizada como palco catequético.

Como agentes/métodos principais acionou frades para explorarem retóricas de convencimento, através de sermões bradados em missas, encenações teatrais no interior dos edifícios - igrejas e nos espaços externos às frontarias destes (os Largos), de “*per si*” privilegiados por possibilitarem a realização das Procissões –as grandes difusores da Fé.

Com efeito, a decisão de **Espacializar** para **Evangelizar** esteve encaminhada desde a formalização das Constituições Synodeais do Bispado de Coimbra em 1591 e nas

Constituições Primeiras da Bahia que, além das regulamentações sobre localização e imunidades dos templos na Colônia – Brasil, ditou condutas para as Festas Religiosas previstas para se realizarem em consonância com o calendário litúrgico e o ônus para realização de ritos e Procissões.

As procissões eram “evento [...] obrigatório para todos os participantes ou assistentes, espelho da própria concentração humana, de sua sede e de seus arredores. Nenhum outro evento comunal, de portas afora, se lhe podia comparar. [...] corria pelas ruas e largos [...]”. (MARX, 1989, p.61).

No caso em foco da ex- Alagoa do Sul, vê-se claramente espacializada a conduta sócio-religioso induzida pelo Projeto Colonizador Português na sua configuração dos “partidos triádicos” definidos deste o seu povoamento inicial e a ascendência política sobre sua municipalidade ( séc. XVII – XVIII ), o que torna claro como através dessa “catequese” ditada em seus quatro adros, selou o exaltamento cênico do poder da igreja, e proveu área para os grandes eventos religiosos que exigiam circuitos lineares de deslocamento e acolhiam pessoas das fazendas e engenhos dos arredores.

Um relato feito em 1895 por Pedro Paulino da Fonseca, ex-participante das festividades de celebração da Quaresma e Semana Santa que alcançaram notoriedade em toda a Província de Alagoas, ratifica todo este argumento, quando descreve os atos que atraíam a circunvizinhança.

[...] muitos procuravam obtê-las [casas] com meses de antecedência e por empenhos [...] já não se encontrava uma só casa vazia na cidade. Desde Taperaguá até Pedreiras e Trancoso estavam todas tomadas e habitadas pelas famílias de abastados senhores de engenho e, nas das ruas da Matriz, Rosário, Amparo, Convento, da Paz, Palácio, de Baixo, do Meio, e alojadas achavam-se mais de uma família para passar as festas. <sup>4</sup> (FONSECA, 1895)

Durante os 40 dias seguintes prosseguiam atos predecessores como os Sermões da Quaresma e a Procissão dos Penitentes, saída da Igreja do Rosário. Segundo Fonseca, a cidade tornava-se “[...] alegre, festiva, com um movimento espantoso de povo pelas ruas, tendo como certo as noites de luar”. (FONSECA, 1895)

---

<sup>4</sup> FONSECA, Pedro Paulino da. Testamento Político: Alagoas e minha pessoa. (1895) In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. V. II.

A permanência da luminosidade era assegurada pela própria determinação da Igreja e ditames da Reforma Gregoriana, que definia esta regularidade na celebração da Páscoa, pois “[...] no primeiro domingo depois da lua cheia que se segue ao dia 20 de Março, [era] infalivelmente lua cheia num dos dias da quarta feira a sexta feira santa, e sempre mui clara e bela, não me recordando ter havido chuvas que interrompessem as festas”. (FONSECA, 1895)

Fonseca também esclarece sobre o percurso iniciador dos atos religiosos que abriam o período comemorativo, descrevendo que já na Sexta-Feira anterior ao Domingo de Ramos à tarde acontecia a **Procissão dos Passos**, sob o seguinte percurso:

[...] saia da Igreja Matriz uma procissão com a imagem do Sr. dos Passos que na véspera era trasladada da Ordem 3<sup>a</sup>. do Carmo para visitar os sete passos armados nas igrejas do Rosário, Amparo, Ordem 3<sup>a</sup> de São Francisco, Convento de São Francisco, nicho do finado Joaquim Bastos a Matriz, além de um passo armado ‘ad-hoc’ na rua do Convento. (FONSECA, 1895).

Para o cumprimento do Domingo de Ramos ocorriam pela manhã a **Procissão das Palmas** e a **Procissão do Triunfo**. Na Terça e Quarta-feiras acontecia na Igreja Matriz o Ofício de Trevas. Na Quinta-feira, o Ofício das Endoenças, sintetizando Paixão – Procissão – Exposição do Santo Sacramento e a saída para a **Procissão da Visitação de Enfermos**. À tarde o lava-pés e Sermão do Mandato, e à noite, exposição do Santo Sepulcro.

A animação da noite de quinta-feira iniciava por volta das 20:00 horas quando saíam da Igreja Matriz e Igreja do Amparo seguindo por caminhos diversos, as **Procissões do Encontro**, finalizando ambas na Rua do Convento defronte a um púlpito montado para um sermão.

Às 23:00 horas saía da Igreja Matriz, a **Procissão do Fogaréu**, na qual cada pessoa levava uma vela em lanterna de papel ou mesmo tocha, causando um grande efeito, sobressaltado pela configuração topográfica de cidade elevada e sinuosidade de seu traçado urbano.

Era bonito de longe, dum ponto elevado, nessa noite de luar claro, vêr essa imensa cobra de fogo como que em zig-zag, subindo e descendo ruas e ladeiras, ora encobrimdo-se em parte, vendo-se a cabeça lá e a cauda separada cá. O efeito do préstito com centenas de luzes era espetacular [...]. (FONSECA, 1895)

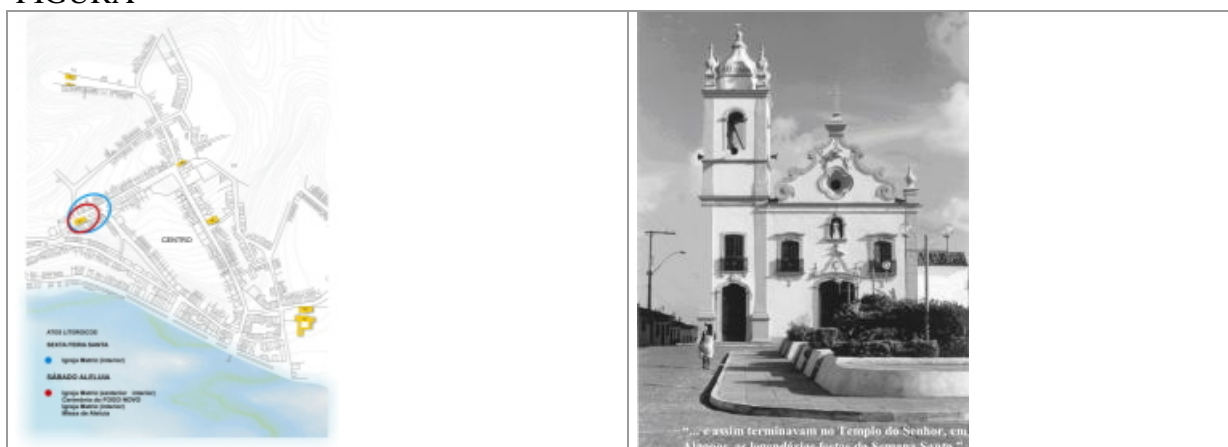
Acentua Fonseca que a chegada da Sexta-feira Santa enegrecia o ânimo das pessoas e o interior dos templos como que para acentuar as cenas de sofrimento pregado.



“Pela manhã, na Matriz – ofício da Paixão – com o tempo todo despido e às escuras, os altares velados de rocho e preto; Lamentações: - e mais cerimonial. [...]. À tarde, o Descimento do Senhor da Cruz, e a Procissão do Entêrro [...]” (FONSECA, 1895). Menciona, também, que no Sábado de Aleluia, a cidade amanhecia, repleta de Judas e às 8:00 horas iniciava no exterior da Matriz, a cerimônia do **Fogo Novo**, transformando-se em cortejo que adentrava na nave em “Missa solene – com glória e rompimento de Aleluia.” (FONSECA, 1895).

Finalizando os rituais ocorria a Missa de Ressurreição pela manhã e formalizava-se a solene **Procissão da Ressurreição**, marcada pelo concurso de todas as Irmandades<sup>5</sup> que portavam “imensos guiões e lanternas [...]” (FONSECA, 1895)

FIGURA



Fonte: FERRARE, 2001, p. 363

As descrições do historiador expõem o quanto foi marcante para a população que vivenciou este doutrinamento coletivo, a utilização dos Largos das igrejas e o circuito de proximidade entre elas, o que nos faz reconhecer que a forma urbana da Alagoas do Sul era vital ao êxito das Festas de Quaresma e Semana Santa, precisamente por desvelar uma cenografia perfeita que acentuava a teatralidade implícita à liturgia dos Atos mais contundentes da religiosidade católica.

A partir desta análise dos aspectos conceptuais do padrão tipológico dos largos das igrejas implantadas entre os séculos XVII e XVIII na atual Marechal Deodoro, que perfazem uma ambiência polarizada pelo ícone convergente a todos os eixos de visada, do observador, - **a igreja** – observa-se estar diante de uma urbanística de persuasão barroca, remissiva ao reconhecimento da expressão do Barroco como “espaços em contínua mutação

<sup>5</sup> Existiam as Irmandades do Santíssimo Sacramento, do Rosário, do Carmo, do Amparo e de São Benedito.

recriados a cada passo pelo espectador que neles se desloca”, de “natureza ‘dirigida’ e ‘condicionante’ [...] verdadeiros palcos ao ar livre”. (BRENNNA, 1982, p. 68,144).

Os largos da antiga Alagoas do Sul, definidos em “partido triádico” corresponderam a “palcos ao ar livre” onde sempre foi apreendida a mensagem cristã, sob o deliberado ensejo da Coroa de também cultivar almas professoras, instrumentalizando, além da mensagem falada, o repertório iconológico do catolicismo para agenciar espaços e condicionar mentalidades.

Conclusivamente, pode-se afirmar que o “partido triádico”, enquanto recurso potencializador da captação visual do **edifício – igreja** e do discurso catequizador de suas práticas ritualísticas acontecidas nos seus **largos**, em muito contribuiu para fazer cumprir o desígnio político português de Colonizar ao conseguir “reinstaura[r] e dialetiza[r] as três ordens: do cultivo, do culto e da cultura” (BOSI, 2000).

## REFERÊNCIAS

FONSECA, Pedro Paulino da. A velha cidade das Alagoas - recordação de suas antigas defesas (1895). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. V. XXII, 1942, p. 18 – 22.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRENNNA, Giovanna Rosso Del. Medieval ou barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial. **Revista Barroco**: Belo Horizonte, n. 12, 1982 – 83.

ESPÍNDOLA, Tomaz do Bonfim. **Descrição physica política e histórica da província das Alagoas**. Maceió: Typografia do Liberal, 1871.

FERRARE, Josemary. **A Cidade Marechal Deodoro: do projeto colonizador português à imagem do “lugar colonial”**. Porto: FAUP, 2006. (Dissertação de Doutorado).

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil. Terra de quem?** São Paulo: EDUSP, 1999.